

FMI sugeriu maior contenção fiscal de Estados e municípios

Claudia Safatle
De Brasília

Os técnicos do Fundo Monetário Internacional sugeriram a pelo menos um dos interlocutores do governo brasileiro a elevação da meta do superávit primário previsto para os Estados e municípios em 2002. Pelo último acordo com o FMI, o superávit dos Estados e municípios já foi aumentado de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) para 0,85% do PIB este ano, sendo carente para 0,69% em 2002.

Como, pela dinâmica política, governadores e prefeitos sempre deixam um caixa mais robusto para gastar com investimentos em anos eleitorais, Lorenzo Perez, chefe da missão do FMI que está no país desde há semana, propôs que seria uma boa providência dar um aperto adicional nesses governos para que não haja ganância em 2002. A primeira reação desse interlocutor foi contrária à qualquer medida adicional de aperto fiscal, até porque eventuais gastos nos Estados e municípios seriam em investimentos em obras e não em despesas correntes.

Os técnicos do fundo já estiveram no Rio e em São Paulo, onde conversaram com representantes do setor privado e com funcionários de estatais, e ontem começaram as reuniões no Ministério da Fazenda.

Estados e municípios estão com

uma boa folga de caixa e parte importante disso decorreu da desvalorização cambial. Estudos feitos pelo economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, medem os efeitos da desvalorização da moeda desde 1999 sobre a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A receita do imposto cresceu cerca de 25% reais (deflacionados pelo IPCA) nesse período, quando a taxa de câmbio saltou de R\$ 1,2 para R\$ 2,7.

A desvalorização do real mais o aumento dos preços do petróleo no mercado externo fizeram com que os preços dos combustíveis subissem no mercado interno. O câmbio também impacta as tarifas de energia elétrica e de telecomunicações. Esses três setores respondem por praticamente 50% das receitas do ICMS dos Estados.

Velloso está convencido de que o governo está sendo bem sucedido no cumprimento das metas fiscais desde a desvalorização do real em janeiro de 1999 porque o espetacular aumento da receita do ICMS permitiu que governadores e prefeitos seguissem à risca os compromissos assumidos nos contratos de rolagem de suas dívidas com a União.

"Esse foi o grande milagre", garante. De agosto de 1994 a junho de 1999, a arrecadação do ICMS ficou estável em termos reais enquanto a economia que cresceu, em média,

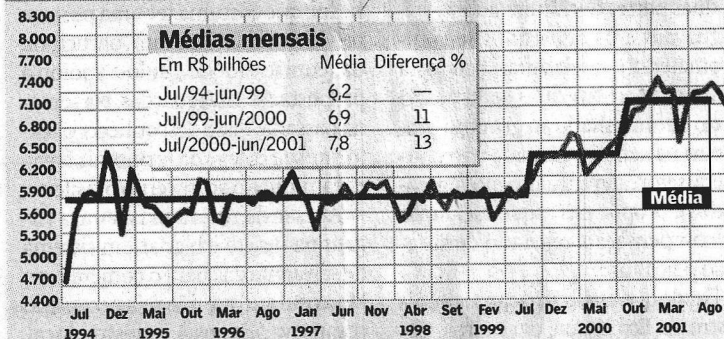
2,6%. De julho de 1999 a junho de 2000, a receita do imposto cresceu 11% em valores reais, e de julho de 2000 a junho de 2001, cresceu mais 13% reais. Nesse período, a taxa média de crescimento do produto foi bem menor, cerca de 1,5% ao ano. O bom desempenho dos governos subnacionais e da Petrobras estão suprimindo um certo esgotamento na capacidade de geração de superávit primário do governo central.

Mesmo com o racionamento de energia e a desaceleração da economia, dados até agosto não mostram uma retração significativa na arrecadação do ICMS, que foi de R\$ 7,99 bilhões em junho, de R\$ 7,95 bilhões em julho e de R\$ 7,78 em agosto. Velloso argumenta que os reajustes de tarifas de energia, telecomunicações e dos preços dos combustíveis neutralizaram as perdas com a crise energética e com a desaceleração.

Se a retração da economia continuar por mais tempo, comprometendo o cumprimento das metas fiscais assumidas pelos governadores e prefeitos, há salvaguardas na Lei de Responsabilidade Fiscal que podem ser acionadas. O artigo 66 da referida lei diz que se o crescimento real da economia ficar abaixo de 1% (seja o PIB nacional, regional ou estadual) por período igual ou superior a quatro trimestres, os prazos para enquadrar eventuais desvios dos limites de despesas com pessoal e da dívida

Arrecadação total de ICMS

A preços de agosto de 2001 pelo IPCA, em R\$ milhões



Fonte: Raul Velloso

consolidada são duplicados.

Outro artigo da lei de Responsabilidade Fiscal também abre uma janela para ampliar os prazos de ajustes caso haja mudanças drásticas na condução das políticas monetária ou cambial, desde que as mudanças sejam reconhecidas pelo Senado.

Nem fontes da área fiscal do governo nem Velloso acham que há um risco dessas salvaguardas serem acionadas pois as pré-condições, como um PIB inferior a 1% durante quatro trimestres, seriam de difícil realização. Mas, a rigor, essa é uma possibilidade que está no radar da área econômica caso a economia não reaja no próximo ano.

A preocupação hoje, na área fiscal, está na capacidade do governo federal (orçamento fiscal e de se-

guridade social) cumprir a meta de superávit primário para 2002, de 2,24% do PIB, bem superior à deste ano, que é de 1,75% do PIB, tendo pela frente o risco de queda no ritmo de crescimento da arrecadação e de receitas que não estão se realizando, como as de privatização e da conta petróleo. Neste ano, o menor superávit do governo federal foi compensado por superávits maiores dos estados e municípios e das empresas estatais. Para 2002, o superávit dos governos subnacionais cai, mas o das empresas estatais tem que subir de 2,5% do PIB (em 2001) para 2,81% do PIB, e o do governo central, também cresce para completar a meta de 3,5% do PIB de saldo consolidado do setor público.